

A agricultura urbana e periurbana como alternativa na promoção da segurança alimentar e nutricional para comunidades vulneráveis no município de Itapissuma/PE

Urban and peri-urban agriculture as an alternative to the promotion of food and nutrition security for vulnerable communities in the municipality of Itapissuma, Pernambuco State, Brazil

Ianna Louise Araújo Chagas¹ , Nathália Sã Alencar do Amaral Marques¹ ,
Josimar Gurgel Fernandes¹ 

¹Instituto Agronômico de Pernambuco – IPA, Av. General San Martin, 1371, Bongü, CEP 50761-000, Recife, PE, Brasil

*autor correspondente
 iannalouise@hotmail.com

RESUMO: Agricultura e urbano são conceitos que, em sua essência, são contrários, porém complementares. O rápido crescimento urbano vem modificando o perfil da sociedade, que era principalmente rural. Aliado ao crescimento urbano, é possível constatar a presença de ruralidades nesses espaços com função fundamental de qualidade de vida e autoconsumo. O exercício dessas atividades caracteriza o que chamamos de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP), que é um modelo de desenvolvimento territorial sustentável para as comunidades mais vulneráveis como uma estratégia de sobrevivência, redução da pobreza e fonte de renda. O objetivo deste estudo foi analisar o desenvolvimento da AUP e sua correlação com a segurança alimentar e nutricional na cidade de Itapissuma/PE. O trabalho de identificação das unidades de AUP foi realizado utilizando imagens de satélite, bases cartográficas do município e softwares de geoprocessamento. A coleta de dados se deu por meio de formulários e entrevistas semiestruturadas, a “pesquisa de campo” abordou questões referentes ao perfil socioeconômico do agricultor. Adicionalmente, conduzimos estudos e análises documentais e de dados em órgãos de governos municipais, estaduais e federais para complementação das informações. A pesquisa revelou que a AUP de Itapissuma recebe assistência técnica frequente e em razão dessa atuação ela está conseguindo se desenvolver e se diversificar, de modo que a comunidade entrevistada não se encontra em condições de insegurança alimentar. Diante do exposto podemos concluir que a assistência técnica é de suma importância para o desenvolvimento da AUP e, através desse incremento contribuir para a redução da vulnerabilidade econômica e social da comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura urbana e periurbana, sanidade alimentar, vulnerabilidade, EBIA, assistência técnica.

ABSTRACT: “Agriculture” and “urban” are concepts that, in essence, are contrary but complementary. The rapid urban growth has changed the profile of a society that was mainly rural. In tandem with urban expansion, it is possible to confirm the presence of ruralities in these spaces, with a primary function of life quality and self-consumption. The exercise of these activities characterizes what is called “urban and peri-urban agriculture” (AUP), which is a model of sustainable territorial development for the most vulnerable communities as a survival strategy, poverty reduction, and source of income. The objective of this study was to analyze the development of the AUP and its correlation with food and nutrition security in the city of Itapissuma, state of Pernambuco, Brazil. The identification work of the AUP units was carried out using satellite images, cartographic databases of the municipality, and geoprocessing software. Data collection took place through forms and semi-structured interviews; the “field research” addressed issues related to the socioeconomic profile of the farmers. Additionally, studies and document and data analysis in municipal, state, and federal government agencies were carried out to complement the information. The research revealed that the AUP of Itapissuma receives frequent technical assistance, and because of this action, it is managing to develop and diversify so that the interviewed community is not experiencing food insecurity. In view of the above, it is possible to conclude that technical assistance is of paramount importance for the development of the AUP and, through this increase, contributes to the reduction of the economic and social vulnerability of the community.

KEYWORDS: Urban and periurban agriculture, food health, vulnerability, EBIA, technical assistance.

Introdução

A extração de alimentos da natureza e posteriormente a capacidade de cultivá-los garantiu ao homem não somente a capacidade de perpetuar a espécie por mais tempo na terra, como também lhe concedeu a condição de dominador, trocando o status de coletor ou predador para construtor engenhoso de sobrevivência grupal.

Estima-se que no período neolítico um conjunto de técnicas deu forma à arte mais antiga de cultivar plantas, a agricultura. Esse primeiro esboço foi praticado, certamente, próximo das moradias e das vazantes dos rios (MAZOYER; ROUDART, 2010). A partir daí ela se espalha por diversas partes do mundo, com sistemas diferenciados adequados a cada região. De acordo com Mazoyer e Roudart (2010), desde essa época pioneira, na maior parte das regiões originalmente arborizadas, o aumento da população conduziu ao desmatamento e até mesmo, em certos casos, à desertificação.

Desde então essa atividade vem passando por diversas modificações/ modernizações a fim de atender as novas demandas da sociedade, que cresce exponencialmente exigindo, a cada ano, uma produção maior oriunda da agricultura. Dentre essas modernizações podemos citar o uso de ferramentas, máquinas, fertilizantes, agrotóxicos e plantas geneticamente modificadas.

Com o advento da Revolução Verde, em meados do século XX, onde muitos trabalhadores rurais perderam seus empregos para as tecnologias empregadas nas grandes cadeias produtivas, houve uma grande migração para os centros urbanos em busca de novos empregos. A motivação para o êxodo rural, entre outros fatores, foi a implantação de um modelo econômico moderno na produção agropecuária que afetou diretamente a vida dos agricultores familiares (VANDERLINDE, 2005).

O êxodo rural transformou o perfil da sociedade, que antes era primordialmente rural. Entre 1970-1980 cerca de 30% da população rural migraram para as cidades. Hoje a população urbana soma 84,72% do total da população brasileira enquanto que a zona rural conta com 15,28% dos brasileiros, como veremos na Figura 1 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016). Esse processo acelerado de migração intensificou a urbanização, e com isso a metropolização, que é quando a ocupação urbana ultrapassa os limites da cidade.

No Brasil, os movimentos migratórios envolvem um número maior de pessoas de baixa renda, que perdem as condições de trabalho em seus lugares de origem e vivem no limite de sua sobrevivência (POMPEU SOBRINHO, 1982). Todo esse processo de urbanização e metropolização trouxe consequências, como alta densidade demográfica, altas taxas de natalidade/mortalidade, problemas de saneamento, desemprego ou subemprego, favelização, fome, entre outras.

Aliado ao crescimento urbano é possível constatar a presença de ruralidades nesses espaços com função fundamental de qualidade de vida e autoconsumo. Agricultura e urbano são conceitos que, em sua essência, são contrários, porém complementares. Nesse sentido, muitos desses migrantes voltaram para o trabalho na agricultura ou pecuária nos centros urbanos como forma de lutar contra o desemprego e a fome.

De acordo com Madaleno (2001), a agricultura urbana é cada vez mais considerada como parte integral da gestão urbana,

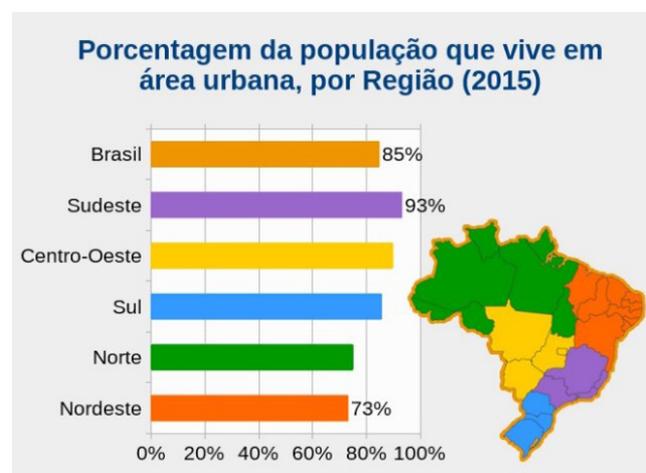


Figura 1. Porcentagem da população urbana, por região. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).

sendo uma ferramenta para a diminuição da pobreza, por meio da geração de renda de empregos e do manejo ambiental.

O exercício dessas atividades caracteriza o que chamamos de agricultura urbana e periurbana (AUP), que é um modelo de desenvolvimento territorial sustentável para as comunidades mais vulneráveis como uma estratégia de sobrevivência, redução da pobreza e fonte de renda. Esse tipo de atividade acontece nas zonas urbanas desde o aparecimento das cidades, mas somente nas últimas décadas começou a ganhar notoriedade em razão da sua multifuncionalidade.

Madaleno (2001) indica que a agricultura urbana não é um fenômeno recente nas cidades. As primeiras iniciativas com caráter social foram originadas na Europa durante o século XVIII em resposta ao desemprego causado pela migração da população rural para as áreas urbanas, que precisava satisfazer a necessidade humana básica de se alimentar para sobreviver (MATOS, 2010).

Diante de tantos problemas urbanos, o desenvolvimento estratégico da AUP em espaços urbanos ociosos pode ser uma alternativa para atender as demandas da população por alimentos, visto que essa prática traz o aumento da quantidade e da qualidade de alimentos disponíveis para consumo próprio, fornece alimentos frescos, diversidade de cultivos, gera emprego, recicla resíduos urbanos (reutilização de embalagens), cria cinturões verdes e utiliza resíduos domésticos na forma de composto orgânico para adubação.

A AUP desempenha também funções ambientais, sociais e econômicas, mas seu principal foco nos países mais pobres ainda é o socioeconômico, uma vez que pode ajudar as comunidades mais vulneráveis a ter acesso a alimentos diversificados, mais baratos e de qualidade, favorecendo a segurança alimentar nutricional (SAN) através do incremento de sua dieta.

Desde 1948 o conceito de segurança alimentar está nas agendas internacionais. Quando da Declaração Universal dos Direitos Humanos, afirmou que “todos têm direito a um padrão de vida adequado para a saúde e alimentação”. Em 1996, a Convenção Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais afirmou-se que “o homem tem o direito de se livrar

da fome”. Em 2006 a Lei Orgânica de SAN brasileira (Lei n. 11.346 de 15 de setembro de 2006) define:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006, p. 04).

A partir desses discursos, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (2010 - FAO) e o Comitê de Agricultura da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (COAG) apresentaram propostas junto com outras organizações de pesquisa e iniciativas internacionais, na década de 1990, como a Rede de Agricultura Urbana (1993), o Grupo de Apoio à Agricultura Urbana (1996), a Iniciativa Global sobre Agricultura Urbana e universidades com o objetivo de promover a AUP em países desenvolvidos e subdesenvolvidos e gerar SAN.

O apoio oficial ao estabelecimento da AUP, por parte de organizações governamentais ou não governamentais e pelas agências internacionais, tem surgido em várias partes do mundo (MACHADO; MACHADO, 2002).

Argentina, Cuba, Colômbia, Bolívia, Indonésia, Mali, México, Nicarágua, Peru, República Democrática do Congo, Tanzânia, Zâmbia, Uganda, Guiné-Bissau, Canadá, China, Estados Unidos, França, Portugal, Romênia, Rússia são alguns dos países que estão desenvolvendo e apoiando a prática da AUP (SMIT; NASR; RATA, 1996; FERREIRA; CASTILHO, 2007; ZAAR, 2011).

A (in)segurança alimentar está diretamente ligada à má distribuição de renda e as diferenças sociais, de acordo com Zaar (2011), no Brasil o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) desenvolveu ações para garantir a segurança alimentar e nutricional da população de baixa renda através da política nacional de agricultura urbana. Esse cenário visa promover a SAN e assegurar seus benefícios.

No Brasil, a política de incentivo à agricultura urbana deu-se por meio do programa “fome zero” (PFZ), do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e das linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Em Pernambuco, a AUP ainda não possui amparo legal e institucional, principalmente no âmbito local. O planejamento da maioria das cidades ainda não abrange instrumentos e normas urbanísticas adequadas que assegurem o funcionamento da AUP. De um lado, iniciativas populares contam com limitado apoio técnico e financeiro, que poderia ser providenciado pelo governo; de outro, as iniciativas governamentais tendem a ocorrer sem real participação dos produtores.

Em Recife, foram implantados o “Programa Agricultura Urbana: hortas e pomares urbanos”, em 2004, e o “Projeto de Apoio Complementar ao Programa de Agricultura Urbana e Periurbana do Recife”, em 2007. Em 2005, o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), em parceria com o Programa Fome Zero, desenvolveu projeto de apoio à AU na Região Metropolitana

do Recife (RMR), construindo hortas em escolas, creches e associações comunitárias (FERREIRA, 2013). Para o município em estudo, Itapissuma, não foi encontrado registro de políticas ou programas de incentivo à AUP.

A FAO considera a SAN pautada em quatro pilares: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade. O desenvolvimento da AUP para promover a SAN precisa focar não somente na quantidade, mas também na qualidade e nos hábitos culturais locais. Nesse contexto temos os benefícios de segurança alimentar da agricultura urbana, no melhor acesso a alimentos frescos, mais nutritivos, com uma alimentação mais diversificada. Um maior consumo relativo de hortaliças, frutas e proteínas animal se traduz, como um todo, em maior ingestão energética e maior disponibilidade calórica, o que pode ser determinante para alguns grupos sociais, como a população mais pobre, mulheres em idade reprodutiva e crianças (FAO).

O objetivo deste estudo foi analisar o desenvolvimento da AUP e sua correlação com a segurança alimentar e nutricional na cidade de Itapissuma/PE.

Materiais e Métodos

Esta pesquisa se configura como aplicada, descritiva e qualitativa. A pesquisa aplicada tem como característica fundamental “o interesse na aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos. Sua preocupação está voltada para o desenvolvimento a aplicação imediata numa realidade circunstancial” (GIL, 1999).

Segundo Gil (1999, p. 28), “as pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis”, uma vez que ela visa descrever características de uma amostra da população sobre um determinado contexto ou fenômeno. O estudo descritivo é mais utilizado quando o pesquisador quer conhecer determinada comunidade, suas características, valores e problemas sociais e culturais.

De acordo com Triviños (1987), a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. Dessa forma ela busca capturar não só a aparência do fenômeno como também explicar sua origem, relações e tentar entender suas consequências. Ela tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento.

Por meio de pesquisa documental foram analisadas imagens de satélite, de aerofotogrametria e drone, bases cartográficas dos municípios da Região Metropolitana do Recife (RMR) e softwares de geoprocessamento. Todas as imagens, bases cartográficas e softwares utilizados são de acesso gratuito.

A RMR foi institucionalizada pela Lei Federal n. 14 de 1973, e atualmente é composta por 14 municípios (Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata), ocupando uma área de 2.770 km², onde vivem 4.029.527 habitantes, segundo estimativas de população do IBGE para 2020. O recorte utilizado para este estudo foi o município de Itapissuma (Figura 2).

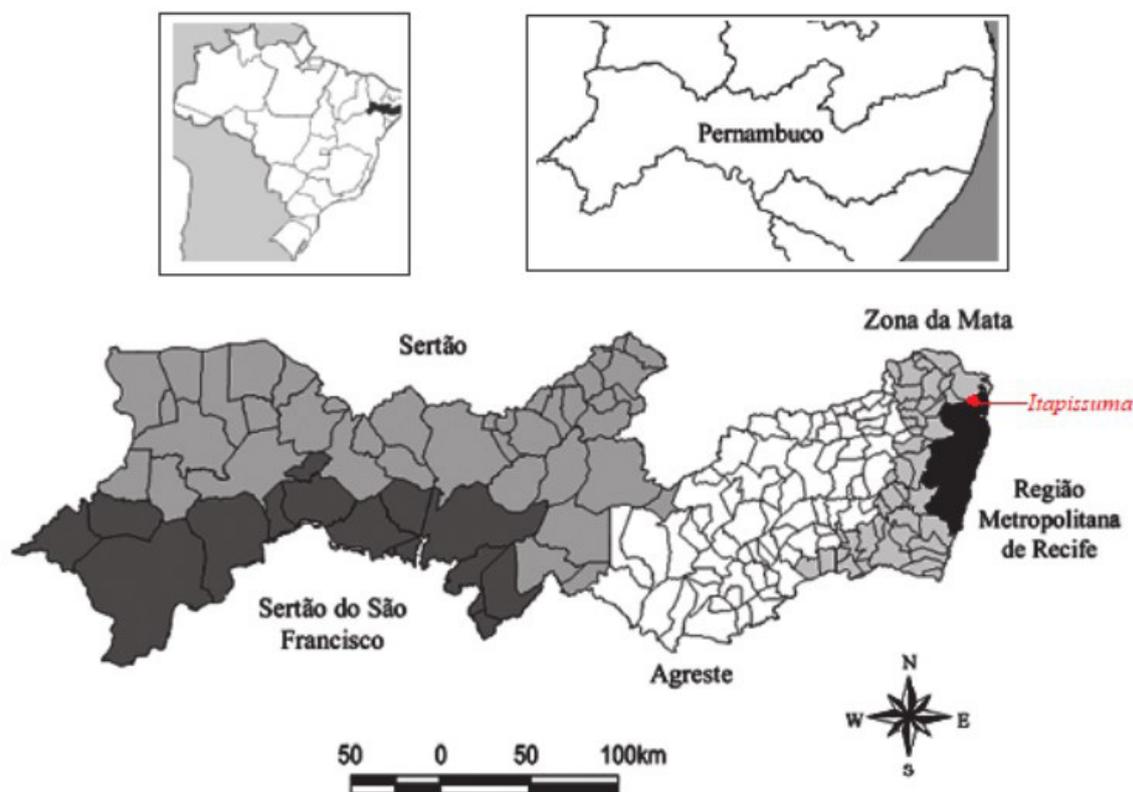


Figura 2. Localização da área de estudo – Região Metropolitana do Recife. Autor: Dantas-Torres e Brandão-Filho (2006 - adaptado pelos autores).

A pesquisa de campo aconteceu entre os meses de janeiro e março nas comunidades do Engenho Umbu e Mangabeira. Contou com o instrumento de coleta de dados formato de formulários da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) para medir a insegurança alimentar das comunidades e entrevistas semiestruturadas elaboradas pela equipe de pesquisadores para abordar questões referentes ao perfil do agricultor, infraestrutura da propriedade, sistema de produção, comercialização e renda.

Ainda foram feitos estudos e análises documentais em dados oficiais mantidos pelo IPA, Condepe/Fidem (Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Ceasa/PE (Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco), e em outros órgãos de governos municipais, estaduais e federal para a complementação das informações.

De posse desses dados efetuamos um cruzamento de informações como forma de ampliar a análise espacial do ecossistema urbano e periurbano e construir um perfil dos(as) agricultores(as) de base familiar e suas respectivas situações de vulnerabilidade na RMR.

Resultados e Discussão

A pesquisa revelou que a AUP das comunidades de Engenho Umbu e Mangabeira de Itapissuma são majoritariamente agrícolas, com 71% dos entrevistados trabalhando com um sistema integrado de roça, horta ou pomar e criação de galinha. Seus principais produtos são inhame, batata-doce, milho, jerimum,

feijão-verde, coco, limão, laranja, maracujá, jaca, cajá, manga, sapoti, banana, graviola, coentro, quiabo, maxixe, pimentão e alface. Os produtores que se dedicam apenas à agricultura somam 29% dos entrevistados (Figura 3).

Os produtores de ambas as comunidades disseram receber assistência técnica dos órgãos competentes. Em razão da pandemia, as visitas estão mais escassas, porém não deixaram de existir. Por causa da assistência, os agricultores familiares estão conseguindo se desenvolver e diversificar-se com êxito na atividade.

Durante as entrevistas ainda foi relatada a realização de cursos de capacitação pelo Sebrae e IPA, os quais colaboraram muito com o aprendizado de novas técnicas. A presença da assistência técnica no campo está diretamente ligada ao incremento das atividades agropecuárias, visto que há uma interação entre produtor e técnico com troca e inovações de saberes.

Esse apoio técnico também facilitou a entrada dos produtores nos programas de políticas públicas e créditos rurais através da regularização da documentação dos agricultores familiares e aumento na produção destinada aos programas do PAA e PNAE.

De acordo com a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), percebemos que por mais que haja desenvolvimento na atividade agrícola urbana e periurbana, 80% dos entrevistados enfrentam algum grau de insegurança alimentar, seja ela pela dificuldade em adquirir ou falta de variedade. Não estando em um grau de insegurança alimentar severo, pois o alimento saudável em si não falta.

De um modo geral os entrevistados não se encontram em condições de fome. Apenas 20% dos entrevistados relatam estar

totalmente fora do contexto de vulnerabilidade e insegurança alimentar, como podemos ver na Figura 4 abaixo.

A segurança alimentar nutricional não inclui somente as questões de quantidade de alimentos, mas também de qualidade e hábitos culturais. O que observamos foi a dificuldade em comprar a proteína que não é produzida por ele, mas aqueles que criam galináceos contam com a sua carne e o ovo. A maior dificuldade vista foi em variar a alimentação e em pagar contas.

A melhora da SAN com a prática da AUP se dá por meio do autoconsumo e do incremento na renda com a venda de produtos nos mercados locais e regionais, promovendo o poder de compra de outros alimentos os quais não são produzidos nas hortas (PRIBADI et al., 2017).

Perguntas¹ do EBIA

Ainda utilizando os dados das entrevistas, temos que a situação socioeconômica das comunidades estudadas gira em torno da atividade agrícola, pois a principal fonte de renda familiar é oriunda da agricultura, em torno de 2,5 salários mínimos. Alguns precisam arrendar áreas de terceiros para dar conta de produzir o necessário para abastecer a feira local e o consumo familiar, obtendo renda um pouco maior e precisando da ajuda de trabalhadores, que não fazem parte do seio familiar nem da própria comunidade.

A casa de todos os entrevistados era de tijolo com acabamento, banheiro, possuindo ruas de barro e a rodovia BR-101 como acesso as suas casas e comunidades. A coleta de lixo não atende a comunidade do Engenho Umbu e os moradores costumam queimar seus resíduos domésticos. Os resíduos provenientes da agricultura retornam para o solo na forma de adubo orgânico.

A energia utilizada é a elétrica, fornecida pela companhia de energia local. A água vem de poço para as atividades domésticas, para a agricultura e animais. Em um único caso,

- 1 P1- Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?
 P2- Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?
 P3- Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
 P4- Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?
 P5- Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?
 P6- Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?
 P7- Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
 P8- Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?
 P9- Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?
 P10- Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?
 P11- Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade porque não havia dinheiro para comprar comida?
 P12- Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?
 P13- Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
 P14- Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?

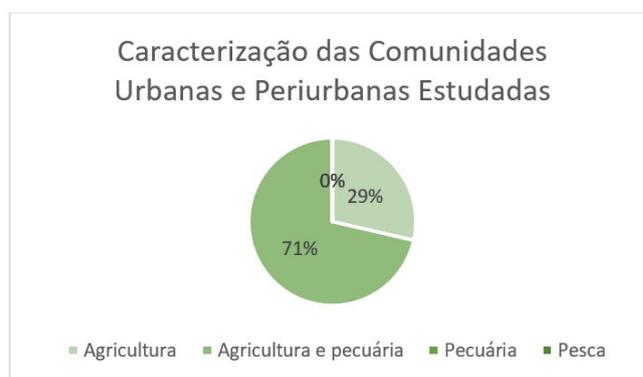


Figura 3. Caracterização das comunidades Engenho Umbu e Mangabeira. Fonte: Próprios autores, 2022.

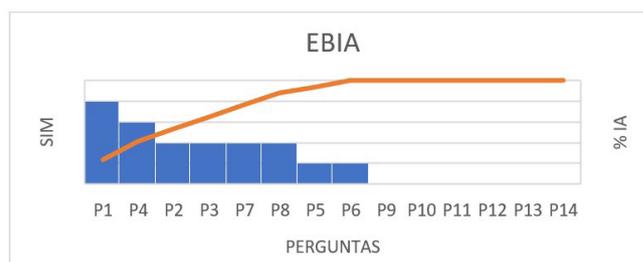


Figura 4. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Fonte: Próprios autores, 2022.

vem de riacho que corta a propriedade. A internet, que chega em alguns pontos, é apenas através dos dados móveis do celular. O transporte público municipal não entra nas comunidades, e é preciso caminhar até a BR para ter acesso a um ônibus de empresa particular de transportes intermunicipais.

A associação que representa a comunidade do Engenho Umbu parece não ter um funcionamento eficiente, embora os entrevistados apontem que uma boa representação através de associação ou sindicato rural seria favorável para as comunidades, pois traria benefícios e acessibilidade a projetos oriundos das políticas públicas e crédito.

Durante a etapa das visitas de campo encontramos algumas dificuldades e desconfiças, visto que a equipe era completamente desconhecida dos agricultores. Isso gerou certo desconforto para alguns entrevistados, que preferiram não ser gravados. Eles temiam estar diante de algum tipo de fiscalização e que com isso poderiam perder seus benefícios já adquiridos ao tratar da sua renda. Com conversa franca e paciência, ganhamos a confiança e conseguimos realizar todas as entrevistas que nos propomos a fazer.

Diante do exposto intuimos que uma maior segurança alimentar nutricional está associada à produção de alimentos na zona urbana e periurbana, principalmente para quem a produz e também para os moradores próximos às áreas de produção. Corroborando com essa ideia temos vários estudos realizados em Barcelona, onde a Câmara Municipal lançou o Programa de Hortas Comunitárias e mais 119 projetos voltados para a AUP visando a produção de alimento frescos locais, seguindo os princípios da agricultura orgânica, como estratégia para

promover política pública alimentar visando a segurança e soberania alimentar (AZEVEDO et al., 2020).

Na Argentina, podemos citar o caso da cidade de Rosário, província de Santa Fé, que em resposta à crise econômica vigente em 2002 consolida o Programa de Agricultura Urbana, a partir de iniciativas já existentes em escolas e hortas familiares. Esse projeto ficou conhecido internacionalmente, sendo considerado uma das maiores experiências de agricultura urbana de sucesso da América Latina (REIJNTJES; WALSUM, 2018).

Outra pesquisa que relata o desenvolvimento da AUP como alternativa para alcançar segurança alimentar foi o realizado por Vilela e Moraes (2014) em Teresina/PI, onde a AUP conta com 48 hortas comunitárias que atendem famílias em condições de pobreza.

O Programa Hortas Cariocas (PHC), desenvolvido no Rio de Janeiro/RJ, tem como intuito incentivar a criação de hortas urbanas comunitárias em áreas do município que são socioeconomicamente afetadas, gerando trabalho e alimentos saudáveis com baixo custo, além de constituir o desenvolvimento local através da capacitação da população (O'REILLY, 2014).

Ações em prol do desenvolvimento da AUP acontecem simultaneamente em diversos lugares, mas sempre com o mesmo intuito. Promover a segurança alimentar da população carente e como bônus da atividade vem o incremento na alimentação com o aumento do consumo de frutas e vegetais, melhorando a qualidade da dieta e consequentemente a segurança nutricional, principalmente dos produtores. De acordo com Lovell (2010), envolvidos em atividades de agricultura urbana possuem dietas mais saudáveis e consomem mais frutas e vegetais do que os não participantes.

Conclusão

Notadamente, a AUP é uma alternativa viável para a mitigação da pobreza em razão das vantagens oferecidas pelo seu desenvolvimento. A sua prática deve assumir o papel importante de sustentabilidade das cidades a partir ocupação de terrenos ociosos, quintais produtivos e áreas oriundas da reforma agrária, favorecendo a segurança alimentar nutricional, a biodiversidade, a reciclagem, o reaproveitamento das águas e de resíduos domésticos.

Outro ponto importante é que quando o alimento está mais próximo do consumidor a cadeia de produção encurta, valorizando a produção local e facilitando o acesso dos cidadãos a alimentos frescos e com o preço mais acessível.

Diante do exposto podemos concluir ainda que a assistência técnica é de suma importância para o desenvolvimento da AUP, e através desse incremento contribuir para a redução da vulnerabilidade econômica e social da comunidade.

Agradecimentos

Esta pesquisa foi realizada através do apoio e financiamento do projeto e as bolsas de pesquisa de apoio técnico ofertadas pelo órgão Facepe – Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (APQ0491-5.01/21 e APQ0490-5.01/21).

Referências

- AZEVEDO, F. F. de; PERXACS, H.; ALIÓ, M. A. Dimensão social da agricultura urbana e periurbana. **Mercator**, Fortaleza, v.19. 2020.
- BRASIL. Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>>. Acesso em: 10 abr. 2022.
- DANTAS-TORRES, F.; BRANDÃO-FILHO, S. P. Geographical expansion of visceral leishmaniasis in the State of Pernambuco. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 4. 2006. <https://doi.org/10.1590/S0037-86822006000400007>
- FERREIRA, R. J. **Agricultura urbana e periurbana e políticas públicas: contribuição à discussão do tema a partir de uma análise espacial em Recife e Vitória de Santo Antão/PE**. 2013. 231 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.
- FERREIRA, R. J.; CASTILHO, C. J. M. Agricultura Urbana: discutindo algumas das suas engrenagens para debater o tema sob a ótica da análise espacial. **Revista de Geografia**, Recife, v. 24, n. 2, p. 6-23, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/228693>>. Acesso em: 14 jun. 2022.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **População Rural e Urbana: PNAD 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- LOVELL, S. T. Multifunctional urban agriculture for sustainable land use planning in the United States. **Sustainability**, Switzerland, v. 2, p. 2499-2522, 2010.
- MACHADO, A. T.; MACHADO, C. T. T. **Agricultura urbana**. Planaltina, DF: Documentos Embrapa Cerrados, 2002. 25 p.
- MADALENO, I. M. **Políticas de apoio à agricultura urbana em Lisboa e Presidente Prudente**. Lisboa: Instituto Tropical, 2001.
- MATOS, R. S. A **reinvenção da multifuncionalidade da paisagem em espaço urbano - reflexões**. 2010. 372 p. Tese (Doutorado) – Universidade de Évora, Évora, 2010
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.
- O'REILLY, E. M. **Agricultura urbana: um estudo de caso do Projeto Hortas Cariocas em Manguinhos**. 2014. Trabalho de conclusão de curso – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA – FAO. **La lucha contra el hambre y la pobreza. Perspectivas económicas y sociales: informes de política**, Roma, n. 10, 2010. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/012/al377s/al377s00.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- POMPEU SOBRINHO, T. **História das secas (Século XX)**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1982. Coleção Mossoroense.
- PRIBADI, D. O. et al. Multifunctional adaption of farmers as response to urban growth in the Jabodetabek Metropolitan Area, Indonesia. **Journal of Rural Studies**, United Kingdom, v. 55, p. 100-111, 2017.
- REIJNTJES, C.; WALSUM, E. V. Aprender com as experiências é crucial para impulsionar a Agroecologia Agroecologia: pela democratização dos sistemas agroalimentares. **Agriculturas**, Rio

- de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 40-43. 2018. Disponível em: <https://aspta.redelivre.org.br/files/2019/09/46_47_Opiniao_Reijntjes.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2022.
- SMIT, J.; NASR, J.; RATA, A. Urban agriculture yesterday and today. In: SMIT, J.; RATA, A.; NASR, J. (Ed.). **Urban agriculture: food, jobs and sustainable**. New York: UNDP, 1996.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- VANDERLINDE, T. Capa: o jeito luterano de atuar com os pequenos agricultores no sul do Brasil. **R. RA'E GA**, Curitiba, n. 10, p. 49-60, 2005.
- VILELA, S. L de O., MORAES, M. D. C. de. Agricultura urbana e periurbana: limites e possibilidades de constituição de um sistema agroalimentar localizado no Município de Teresina - PI. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 46, n. 1. 2015.
- ZAAR, M.-H. Agricultura urbana: algunas reflexiones sobre su origen y expansión. **Biblio 3W: Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. XVI, n. 944, 2011. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-944.htm>>. Acesso em: 15 maio 2022.

Recebido: 15 set. 2022
Aprovado: 17 jan. 2023